

O **Perfil Financeiro dos Municípios Baianos** compõe-se de dados sobre a execução orçamentária (Receita e Despesa) da Administração Direta dos municípios baianos, referente aos exercícios financeiros do biênio **2001 e 2002**, extraídos dos balanços consolidados dos municípios que prestaram contas ao Tribunal de Contas dos Municípios — TCM. Para o ano de 2002, foram utilizadas também as informações disponibilizadas pela Secretaria do Tesouro Nacional — STN, através da série Finanças do Brasil — FINBRA.

1. No que se refere ao **Total dos Municípios** o somatório não expressa o valor do resultado no conjunto do Estado, tendo em vista que não foram incluídos aqueles que não prestaram contas ao Tribunal de Contas dos Municípios – TCM;
2. No valor das **Despesas de Pessoal** não estão incluídas as despesas com remuneração de serviços pessoais, terceirizações de serviços próprios e outras despesas com pessoal, remunerações indiretas.

Vale ressaltar, que a base de dados para ano de 2002 apresentou alterações no plano de contas devido à implementação de alguns procedimentos contábeis, com a finalidade de garantir a consolidação das contas públicas exigidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal — LRF —, e determinadas através das portarias emitidas pela Secretaria do Tesouro Nacional. Desse modo, para melhor compreensão e análise, segue alguns esclarecimentos:

- a. A **Receita de Transferência** encontra-se descontada a parcela destinada ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério — FUNDEF, que compõe a conta contábil Retificadora da Receita Orçamentária, de acordo com a Portaria nº 328, de 27 de Agosto de 2001.
- b. Apesar da natureza contábil do **Imposto de Renda Retido na Fonte — IRRF** (Art. 157, inciso I e Art. 158, inciso I — CF) ter sido alterada para Receita Tributária, de acordo com a Portaria nº 212, de 04 de Junho de 2001 e Portaria nº 325, de 27 de Agosto de 2001, foi classificada como receita de transferência nessa publicação, tendo em vista não haver esforço próprio de arrecadação.
- c. Em relação às **Despesas por Função**, a Portaria nº 42, de 14 de Abril de 1999, determina a atualização da classificação funcional das despesas municipais, a partir do ano de 2002. Ficou mantida a classificação funcional anterior para efeito de comparação intertemporal.

Convenções

...	O dado é desconhecido, não implica, porém, a afirmativa de que o fenômeno não existe.
-	O fenômeno não existe.
0-0,0-0,00	O fenômeno existe, sendo sua expressão, porém, tão pequena que não atinge a unidade adotada na tabela.